

CENTRO UNIVERSITÁRIO TABOSA DE ALMEIDA – ASCES/UNITA

BACHARELADO EM DIREITO

Bruna Karolina Fernandes de Oliveira

CORRUPÇÃO:

**Uma análise histórico/sociológica a fim de compreender as origens
e possíveis desdobramentos deste fenômeno na realidade
brasileira**

Caruaru

2017

Bruna Karolina Fernandes de Oliveira

CORRUPÇÃO:

**Uma análise histórico/sociológica a fim de compreender origens as
e possíveis desdobramentos deste fenômeno na realidade
brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado ao Centro Universitário Tabosa de Almeida – ASCES/UNITA, como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Direito.

Orientador: Prof. Dr. Vanuccio Pimentel

Caruaru

2017

RESUMO

O presente artigo tem como propósito analisar, dentro do contexto histórico-social em que o Brasil está inserido, os motivos pelos quais o país chegou a níveis tão preocupantes de corrupção, tanto como crime político, quanto como a corrupção de valores éticos enraizada no seio da sociedade brasileira. Por meio de pesquisa da formação social brasileira, o estudo pretende mostrar o povo brasileiro não como um povo mais corrupto que outros, mas como uma população que formou seus conceitos e valores a partir de costumes e práticas em que imperaram os arranjos, conchavos e favores. A pesquisa se faz por meio de uma análise bibliográfica, e através dela, explana os fatores que ao longo da história contribuíram e marcaram consideravelmente a forma de o brasileiro e conseqüentemente, o político brasileiro, lidar com a gerência do que é público e principalmente lidar com a difícil separação entre o público e o privado. A herança da tradição rural é abordada como base para o desenvolvimento da política patrimonialista, reinante até os dias atuais, e mostra que a vontade despótica dos grandes proprietários não limitava-se às porteiras de suas terras, mas estendia-se aos cargos públicos, onde uma vez ocupados pelos seus familiares, prevaleciam os seus interesses em detrimento dos demais. O fenômeno do Coronelismo é abordado como mais um empecilho ao desenvolvimento da cidadania no Brasil. A vontade dos coronéis imperava em absoluto dentro e fora de suas terras e o status de soberanos atribuído a estes proprietários determinava cargos no governo, garantia de proteção e até mesmo a aplicação de sua própria justiça. Tais fenômenos políticos são mostrados como obstáculos que impossibilitaram a construção de uma sociedade igualitária e cidadã, resultando em fenômenos sociais desencadeadores da corrupção como o “jeitinho brasileiro”.

Palavras-chave: Corrupção; Cidadania; Povo.

ABSTRACT

The present article aims to analyze, inside a social-historical context in which Brazil is inserted, the reasons why this country has come to so alarming levels of corruption, both as a political crime and as the corruption of ethical values rooted in the bosom of Brazilian society. Through research of the Brazilian social formation, this study intends to show the Brazilian people not as a people more corrupt than others, but as a population that formed its concepts and values from customs and practices in which the arrangements, conspiracies and favors prevailed. The research is done through a bibliographic analysis, and through it explains the factors that, throughout history, have contributed and marked considerably the way the Brazilian people and, consequently, the Brazilian politician, deal with the management of what is public and mainly deal with the difficult separation between public and private. The inheritance of the rural tradition is approached as the basis for the development of patrimonialist politics, reigning to the present day, and shows that the despotic will of the great landowners was not limited to the porters of their lands, but extended to public offices, where, once occupied by their families, their interests prevailed to the detriment of others. The phenomenon of Colonelism is approached as another obstacle to the development of citizenship in Brazil. The will of the colonels prevailed at all, within and outside their lands, and the status of sovereigns assigned to these proprietors determined positions in government, assurance of protection and even the application of their own justice. Such political phenomena are shown as obstacles that prevented the construction of an egalitarian and citizen society, resulting in social phenomena that trigger corruption such as the "Brazilian way".

Keywords: Corruption; Citizenship; People.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	06
2. ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: SEUS DESDOBRAMENTOS COMO ELEMENTOS FAVORÁVEIS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO.....	08
2.1 Herança rural: A política patrimonialista como raiz intrínseca da corrupção no Brasil.....	11
2.2 Coronelismo: Fenômeno temporal e político marcado pela fantasia jurídica do poder popular na escolha dos líderes de governo.....	14
3. OBSTÁCULOS HISTÓRICOS À FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CIDADÃ NO BRASIL.....	18
3.1 Uma análise do “Jeitinho brasileiro” como fenômeno social que acaba por se tornar a antessala da corrupção.....	21
3.2 O outro lado/ângulo do jeitinho brasileiro: “Você sabe com quem está falando?”.....	24
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
5. REFERÊNCIAS.....	27

1. INTRODUÇÃO

Diante das denúncias e grandes casos de corrupção envolvendo políticos e empresários, a política brasileira se vê hoje no que parece ser um mar de transgressão, falta de ética e impunidade.

Atualmente questiona-se muito a origem e causas da corrupção no Brasil. Busca-se tentar compreender quais caminhos o país e sua população trilharam para que chegassem a 2017 afundados em escândalos, estados falidos e uma crise política sem precedentes.

Ouve-se muito falar que no Brasil a corrupção como crime está enraizada, é endêmica e é sistêmica. Enraizada, pois não há um só período político ou forma de governo pelo qual o Brasil passou em que ela não estivesse presente, mesmo que ainda não tipificado; endêmica, pois afeta todos os níveis de governo, em todas as esferas; e, por fim, sistêmica, pois faz parte da forma de governar, de fechar contratos, de realizar obras públicas e de gerir a máquina pública.

Por outro lado, existe um grande debate no Brasil acerca da transgressão de valores morais, sociais e éticos, amplamente conhecido como o “jeitinho” que caracteriza o brasileiro como um típico malandro que buscará levar vantagem em tudo quanto puder. Os políticos brasileiros e até mesmo o homem comum, nunca souberam separar o espaço público do privado, não há limite entre a casa e a rua, cada um adapta estes ambientes às suas necessidades. Comportamentos como estes, historicamente, resultaram na própria corrupção política que tantos buscam combater. Este comportamento é fruto da formação social brasileira que será estudada mais adiante.

Os limites impostos por leis e que deveriam ser respeitados por todos, sem distinção, são ultrapassados para driblar as dificuldades impostas pelo setor público. Pode-se afirmar que praticamente todo brasileiro já utilizou-se de algum conhecido ou facilitador para obter algum “favor”. E isto acontece em todas as classes sociais. Uma pessoa que na sociedade brasileira não detém meios financeiros ou agentes que atuem dentro do serviço público, justifica sua transgressão explanando os fatos de sua vida que mostram porque ele ou ela “merecem” ser uma exceção à regra. Por outro lado, a tática de quem está numa posição privilegiada na sociedade é outra: o trabalho irá abordar que com o famoso “Você sabe com quem você está falando?” passa-se a ser possível estacionar em local proibido, furar a fila em repartições públicas, receber algum benefício da lei ou ser exceção a uma regra

geral. Percebe-se que em ambos os casos, tanto na primeira, quanto na segunda situação, os atores utilizam-se de aspectos de sua vida para conseguir obter algum favor ou serviço. No primeiro caso, um cidadão expõe sua vida privada, para que assim justifique-se o fato de ser uma exceção e assim obter algo que normalmente não obteria. Na segunda situação, com expressão conhecida de quem detém altos cargos públicos, o agente faz uso de seu cargo e posição para driblar regras e leis.

O objetivo deste trabalho, através de uma revisão de literatura, é buscar analisar os fenômenos históricos, sociais e políticos surgidos no Brasil e seus desdobramentos na atualidade. O texto irá abordar como a formação do pensamento social brasileiro, moldado pela informalidade, intimidade e pessoalidade, criou, tanto na política, quanto no meio da sociedade, um ambiente propício e facilitador da corrupção.

2. ANÁLISE DA FORMAÇÃO SOCIAL BRASILEIRA: SEUS DESDOBRAMENTOS COMO ELEMENTOS FAVORÁVEIS À INSTITUCIONALIZAÇÃO DA CORRUPÇÃO

Passados mais de 500 anos de seu descobrimento, a tradição política brasileira não respeita o limite entre o público e o privado. Este fenômeno é fruto do tipo de política de exploração adotado por Portugal e que não foi superado, nem em 1822, com a Independência, nem em 1889 com a instauração do Novo Regime.

Ao buscar explicações que justifiquem a tolerância do brasileiro em relação a certas práticas moralmente inaceitáveis e a institucionalização da corrupção na política, os estudos tendem a remeter ao período colonial como criador não de um ambiente que levasse à organização do Estado brasileiro, mas como um círculo de exploração que perpetuou-se por mais de 300 anos. José Murilo de Carvalho sintetiza este pensamento em seu livro *Cidadania no Brasil* (2009, p.17):

Ao proclamar sua independência de Portugal em 1822, o Brasil herdou uma tradição cívica pouco encorajadora. Em três séculos de colonização (1500-1822), os portugueses tinham construído um enorme país dotado de unidade territorial, linguística, cultural e religiosa. Mas tinham também deixado uma população analfabeta, uma sociedade escravocrata, uma economia monocultora e latifundiária, um Estado absolutista. À época da independência, não havia cidadãos brasileiros, nem pátria brasileira.

Essa herança deixada pelo colonizador propiciou um ambiente favorável ao patrimonialismo, ao autoritarismo dos coronéis, e ao pouco envolvimento da

população, em sua maioria pobre e analfabeta, com a política, que originaria uma população cidadã e consciente de seus direitos. Em artigo publicado, Fernando Filgueiras (2009, p.387) explica como essa herança contribuiu para a formação da sociedade brasileira que tolera a prática da corrupção não por ser corrupta, mas por desconhecer valores que criariam uma nação independente.

Culpa-se, sobremaneira, nossa herança histórica deixada pelo mundo ibérico, que teria feito com que o Brasil não conhecesse o processo de racionalização típico do Ocidente e incorporasse os valores e princípios do mundo protestante, ascético e voltado para uma ética dos deveres e do trabalho. O projeto de interpretação do Brasil fornecido pela vertente do patrimonialismo tende a tomar esse pressuposto como característica antropológica, alicerçado em uma visão muitas vezes derivada de outras experiências sociais. Afinal, a herança do patrimonialismo ibérico deixou algumas mazelas na constituição da sociedade brasileira[...]

A herança ibérica que impediu o Brasil de conhecer o processo de racionalização e civilidade é retratada por Sérgio Buarque de Holanda em *Raízes do Brasil* como a herança rural, em que cada fazenda tinha sua lei e seu soberano, o fazendeiro, que reinava absoluto em suas terras. Descreve Holanda que diferentemente de outras colônias “Toda estrutura de nossa sociedade colonial teve sua base fora das cidades”. (1995, p. 71)

Na mesma obra, o autor busca mostrar as raízes do caráter brasileiro baseado justamente na personalidade e colonização portuguesas. Essa personalidade teria marcado de forma duradoura nossa sociedade, que privilegia as relações pessoais e conseqüentemente tem dificuldade em lidar com um Estado impessoal.

Segundo Sérgio Buarque, o tipo de personalidade caracterizado aqui, o do “homem cordial”, marca a sociedade brasileira como um povo incapaz de separar o espaço público do privado. Tudo é família e, portanto, pode e deve ser tratado com intimidade e pessoalidade. Toda a estrutura de Estado sofreu e sofre com esse tipo de cordialidade. A informalidade que ronda tais relações impede atualmente o perfeito funcionamento em repartições públicas, por exemplo, onde cada cidadão não é tratado como deveria, pois acarreta agentes incapazes de distinguir o público do privado, um tipo de governo marcado pelo patrimonialismo. A informalidade reinante em qualquer relação cria um espaço de “amizade”, de “camaradagem”, onde este “amigo” é visto e tratado como se especial fosse, em detrimento dos demais. Como é ressaltado por Holanda, “A manifestação normal do respeito em

outros povos tem aqui sua réplica, em regra geral, no desejo de estabelecer intimidade.” (1995, p.148)

Esse tipo de entrosamento e tratamento seja com seu próprio povo, seja com estrangeiros foi observado pelo autor em sua obra e faz uma síntese, apesar da data em que o livro foi escrito, bastante verídica da realidade e apesar do que parecem ser características positivas de um povo, Sérgio Buarque não as classifica como “boas maneiras”(1995, p.146):

Já se disse, numa expressão feliz, que a contribuição brasileira para a civilização será de cordialidade – daremos ao mundo o “homem cordial”. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro, na medida, ao menos, em que permanece ativa e fecunda a influencia ancestral dos padrões de convívio humano, informados no meio rural e patriarcal. Seria engano supor que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade.

Afastando-se dessa noção de civilidade, o trato familiar com desconhecidos afasta o perfil brasileiro da polidez, regra geral em países mais civilizados e o faz tratar o desconhecido como íntimo, o amigo como família, o trabalho como casa, e, da mesma forma, tendo acesso a certos privilégios concedidos por cargos públicos, a máquina pública é tratada como algo particular, meramente um meio pelo qual o agente usará e irá dispor para atingir a algum fim particular, que não o do interesse público. Esse tipo de comportamento fez com que a política brasileira fosse marcada, durante todas as fases de tipos de governo pelos quais o Brasil passou, pelo tipo de Estado patrimonial, em que, explica Raymundo Faoro, na obra *Os Donos do Poder*(2015, p. 819):

A comunidade política conduz, comanda, supervisiona os negócios, como que negócios privados seus, na origem, como negócios públicos depois, em linhas que se demarcam gradualmente. O súdito, a sociedade, se compreendem no âmbito de um aparelhamento a explorar, a manipular, a tosquiar nos casos extremos.

Após a instauração da República e ao longo do século XX, houve uma tentativa de buscar os elementos de transformação cultural e social e ainda de buscar afastar o Brasil dessa antiga forma de governar. Essa ruptura não ocorreu. A cultura que historicamente afasta o brasileiro da política perdura até hoje. O jeitinho brasileiro é enraizado de forma lamentável e o patrimonialismo permanece inerente à forma de governar. Infelizmente, o Brasil não busca ultrapassar estas barreiras

que o mantém preso a estas práticas pautado pela educação e pela valoração da ética no trato entre as pessoas. Busca-se mudar os políticos, quando a base da formação social brasileira é em si desprovida de princípios morais que regulam sociedades civilizadas. O artigo já citado de Fernando Filgueiras (2009, p.391) reforça este pensamento:

o projeto modernizador no Brasil teria no Estado seu elemento de concretização, à medida que se consolidasse a separação entre os meios de administração e o exercício de cargos e funções governamentais. O Estado, dessa forma, assumiu, acima da sociedade, o papel de sujeito republicano, capaz de criar uma ordem pública e um projeto de democracia que passasse pela transformação da sociedade (VIANNA, 1999). Isso acarretou o fato de vincularmos, historicamente, o problema da corrupção a uma visão estatal, em que a correção das delinquências do homem público brasileiro passaria pela mudança da máquina administrativa, e não dos valores e práticas presentes na sociedade.

Características tão marcantes e prejudiciais ao desenvolvimento social e econômico do Brasil, fenômenos como o patrimonialismo e o coronelismo serão mais abordados nos próximos subtópicos.

2.1 Herança rural: A política patrimonialista como raiz intrínseca da corrupção no Brasil

Como citado acima, costuma-se relacionar a corrupção do Estado brasileiro, entenda-se, corrupção política e corrupção de valores morais e éticos, ao período colonial. O tipo de colonização instalado aqui, diferentemente do que ocorreu na América do Norte, por exemplo, marcado principalmente pela exploração da terra e pela escravidão, não criou uma nação, mas uma colônia marcada pelo analfabetismo e pela pobreza, contrastantes com a riqueza gerada pelas especiarias, pelo açúcar, café, ouro e escravos. Riqueza, porém, desprovida de educação e trabalho, que era exercido, a custo de suor e sangue, pelos escravos.

Por óbvio que marcas tão profundas como essas deixariam rastros na formação social do Brasil. Dentre estas marcas, talvez a mais importante e que selou o tipo de política instaurada no Brasil, e que perdura até hoje, o patrimonialismo, resultante da dominação tradicional, patriarcal, apresenta como característica marcante a indistinção entre a esfera pública e a privada. A coisa pública é tratada pelo governante como se fosse sua, resultando em confusão de patrimônio, predominando os interesses pessoais sobre os interesses públicos.

Entender como este fenômeno se deu no Brasil é fundamental para compreender a situação atual da política brasileira e para isto, recorreremos à base da formação social brasileira analisada por Sérgio Buarque de Holanda, também já citado neste trabalho, que elenca a herança rural (1995, p.73):

comofato para se compreenderem exatamente as condições que, por via direta ou indireta, nos governaram até muito depois de proclamada nossa independência política e cujos reflexos não se apagaram até hoje.

Para o autor “A pujança dos domínios rurais, comparada à mesquinhez urbana, representa fenômeno que se instalou aqui com os colonos portugueses, desde que se fixaram à terra.” (1995, p. 91) De acordo com o autor, na Monarquia, os detentores dos domínios rurais eram os líderes que controlavam a política (1995, p. 73):

eram os fazendeiros escravocratas e eram filhos de fazendeiros, educados nas profissões liberais, quem monopolizava a política, elegendo-se ou fazendo eleger seus candidatos, dominando os parlamentos, os ministérios, em geral todas as posições de mando, e fundando a estabilidade das instituições nesse incontestado domínio.”

A vida na colônia propiciou esse tipo de comportamento, diferentemente de outros lugares, onde o desenvolvimento das cidades é alimentado pela produção dos centros agrícolas. Aqui, os fazendeiros, suas famílias e escravos residiam nas fazendas e as cidades serviam como mero suporte para adquirir aquilo que o meio rural não proporcionava. A família segue os padrões rígidos e autoritários do “chefe da família”, o fazendeiro, cujo núcleo se comporta segundo a sua vontade. Segundo Sérgio Buarque (1995, p. 81):

Esse núcleo bem característico em tudo se comporta como seu modelo da Antiguidade, em que a própria palavra “família”, derivada de *famulus*, se acha estreitamente vinculada à ideia de escravidão, e em que mesmo os filhos são apenas os membros livres do vasto corpo, inteiramente subordinado ao patriarca, os *liberi*.

O autor sintetiza como era essa vida na colônia (1995, p. 80):

Nos domínios rurais, a autoridade do proprietário de terras não sofria réplica. Tudo se fazia consoante sua vontade, muitas vezes caprichosa e despótica. O engenho constituía um organismo completo e que, tanto quando possível, se bastava a si mesmo. Tinha capela onde se rezavam as missas. Tinha escola de primeiras letras, onde o padre mestre desasnava meninos. A alimentação diária dos moradores, e aquela com que se recebiam os hóspedes, frequentemente agasalhados, procedia das plantações, das criações,

da caça, da pesca proporcionada no próprio lugar. Também no lugar montavam-se as serrarias, de onde saíam acabados o mobiliário, os apetrechos do engenho, além da madeira para as casas[...]

Esse estilo de família patriarcal é tão poderoso que incorporou esses valores para fora do círculo da casa, da fazenda, estendendo-se às repartições, aos servidores públicos, à própria forma de governar. Em qualquer cargo público que ocupe, este “homem rural”, explica Holanda (1995, p. 82) tem o sentimento de prestar deveres à família e ao interesse dela, antes de prestar serviço ao povo.

O quadro familiar torna-se assim, tão poderoso e exigente, que sua sombra persegue os indivíduos mesmo fora do recinto doméstico. A entidade privada precede sempre, neles, a entidade pública. A nostalgia dessa organização compacta, única e intransferível, onde prevalecem necessariamente as preferências fundadas em laços afetivos, não podia deixar de marcar nossa sociedade, nossa vida pública, todas as nossas atividades...O resultado era predominarem, em toda a vida social, sentimentos próprios à comunidade doméstica, naturalmente particularista e antipolítica, uma invasão do público pelo privado, do Estado pela família.

Essa gente, transportada para a cidade, leva consigo a mentalidade, rigor e costumes da família patriarcal fornecendo, segundo Holanda “assim, o grande modelo por onde se não de calcar, na vida política, as relações entre governantes e governados, entre monarcas e súditos.” (1995, p. 85)

Após 1808, com a fuga da família real das tropas francesas, a presença da corte incrementou, com a abertura dos portos e outros projetos de modernidade, a vida nas cidades, mas mesmo após a Independência, estes senhores de engenhos e de escravos passaram a controlar a política nacional, submetendo o Estado a seus desígnios, conforme exposto no artigo de José Murilo de Carvalho (1997)

Criou-se assim no Brasil o espírito do governante corrupto, que antes de exercer seu cargo para um fim coletivo, beneficia antes a família, e depois a si próprio. O que impera no Brasil um é senso de irresponsabilidade e indolência, que definem os traços dessa cultura dos sentimentos, de uma cordialidade incapaz de incorporar o mundo impessoal e de regras formais.

2.2 Coronelismo: Fenômeno temporal e político marcado pela fantasia jurídica do poder popular na escolha dos líderes de governo

Se o regime colonial e posteriormente o império foram marcados pela corrupção, por um esquema de toma lá dá cá, em que faziam parte, governistas e

ricos fazendeiros donos de escravos, e que deixaram um país marcado pela escravidão e analfabetismo, os militares de 1889 propunham novos rumos: o fim dos privilégios da nobreza, ampliação do voto, liberdade de expressão entre outras benesses desconhecidas das camadas pobres da população brasileira. No entanto, o que se viu foi uma troca de regime que aconteceu totalmente afastada da população, sem noção de povo envolvida e ignorada pela maioria das pessoas. Laurentino Gomes (2013, p. 20), em seu livro *1889* sintetiza que:

A chamada República Velha, período que vai até 1930, se caracteriza por uma equação política muito semelhante à dos últimos anos do Império. No lugar dos barões do café do Vale do Paraíba, entravam os fazendeiros do oeste Paulista e de Minas Gerais. Por algum tempo o número de eleitores diminuiu em relação ao total de votantes registrado nos anos finais do Império. Nesta República – também conhecida como “dos Governadores” ou do “Café com leite” – não haveria lugar para o povo, tanto quanto não havia na dos militares de 1889. Quem mandava era a mesma aristocracia rural que havia dado as cartas na época da Monarquia.

Do pondo de vista da representação política, a instauração do novo regime não incorporou a sociedade brasileira, diferentemente de outros países. José Murilo de Carvalho cita que “O Brasil não passara por nenhuma revolução, como a Inglaterra, os Estados Unidos, a França” (2009, p.43). Sérgio Buarque de Holanda (1995, p. 160) relembra a famosa carta de Aristides Lobo e reforça este posicionamento ao notar que:

é curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental. Nossa independência, as conquistas liberais que fizemos durante o decurso de nossa evolução política vieram quase de surpresa; a grande massa do povo recebeu-as com displicência, ou hostilidade... A célebre carta de Aristides Lobo sobre o 15 de Novembro é documento flagrante do imprevisto que representou para nós, a despeito de toda a propaganda, de toda a popularidade entre os moços das academias, a realização da ideia republicana. ‘Por ora’, dizia o célebre paredro do novo regime, ‘por ora a cor do governo é puramente militar e deverá ser assim. O fato foi deles, deles só, porque a colaboração de elemento civil foi quase nula. O povo assistiu aquilo bestializado, atônito, surpreso, sem conhecer o que significava.

Foi neste ambiente de “surpresa” que a República nasceu e junto com ela, diz José Murilo de Carvalho “Os presidentes dos estados (antigas províncias) passaram a ser eleitos pela população. A descentralização tinha o efeito positivo de aproximar o governo da população via eleição de presidentes de estado e prefeitos.” (2009,

p.41) No entanto, esta aproximação se deu com as elites locais. A descentralização marcante do Império facilitou a consolidação destas oligarquias, que passaram a ter grande poder de mando, dificultando qualquer oposição política. De São Paulo e de Minas Gerais, nasceu a política do Café com leite e essa aliança permitiu que estes estados mantivessem o controle da política nacional até 1930

Da nova política, resultou no Brasil o sistema coronelista. Fenômeno datado, que vai do início da República Velha e começa a decair a partir de 1920, com a maior intervenção do governo Federal nos estados, o coronelismo envolve desde o coronel até o presidente da República, por meio de troca de favores e barganha política. José Murilo de Carvalho (1997) o define da seguinte forma:

Nessa concepção, o coronelismo é, então, um sistema político nacional, baseado em barganhas entre o governo e os coronéis. O governo estadual garante, para baixo, o poder do coronel sobre seus dependentes e seus rivais, sobretudo cedendo-lhe o controle dos cargos públicos, desde o delegado de polícia até a professora primária. O coronel hipoteca seu apoio ao governo, sobretudo na forma de votos. Para cima, os governadores dão seu apoio ao presidente da República em troca do reconhecimento deste de seu domínio no estado.

A ampliação do direito ao voto seria uma das grandes mudanças propostas pela instauração da República, mas o voto continuou a ser limitado. Analfabetos ficariam de fora no momento de escolher seus representantes, mulheres também, mas apesar disto nunca houve movimentos populares para lutar por extensão ao direito de votar.

Ocorre que ao desconcentrar o poder por meio do sistema federativo, os governadores passaram a ser escolhidos pela população. Apesar disto, as eleições nunca foram "limpas", o candidato do governo, tendo o apoio do coronel local não tinha como perder a eleição, pois o poder exercido pelo coronel, aliado à corrupção do sistema eleitoral garantiria isto. José Murilo de Carvalho (2009, p. 42):

O voto podia ser fraudado na hora de ser lançado na urna, na hora de ser apurado, ou na hora do reconhecimento do eleito... Continuaram a atuar os cabalistas, os capangas, os fósforos. Continuaram as eleições "a bico de pena". Dez anos depois da proclamação da República, um adversário do regime dizia que quando as atas eleitorais afirmavam que tinham comparecido muitos eleitores podia-se ter a certeza de que se tratava de uma eleição "a bico de pena". Os resultados eleitorais eram às vezes absurdos, sem nenhuma relação com o tamanho do eleitorado. Com razão dizia um jornalista em 1915 que todos sabiam que "o exercício da soberania popular é uma fantasia e ninguém a toma a sério."

Os ares de mudança que seriam soprados pela nova República não trouxeram grandes alterações à situação política. Explica Raymundo Faoro (2012, p.699):

Nos primeiros arrancos republicanos, com o Exército na chefia do governo e nomeados os governadores – nomeação que ainda será a regra com Floriano –, a estrutura não sofre alterações. Dentro de tal sequência é que se afirma o coronelismo.

O coronelismo marca presença, para uma população carente de tudo, onde o governo não chegou. O fazendeiro, dono da terra, exerce o poder político onde o governo é um reflexo do patrimônio pessoal. Através das barganhas com os governadores, empregos públicos ficam a disposição do coronel para quem este bem desejar concedê-lo.

O coronel fazia a política e se firmava com a troca de compromissos com o governo do Estado. Faoro explica que “Em troca, os empregos públicos, sejam os municipais ou estaduais sediados na comuna, obedecem às suas indicações.” (2012, p. 711) O autor ainda aborda este aspecto “importantíssimo do coronelismo” (2012, p. 711):

Que é o sistema de reciprocidade: de um lado, os chefes municipais e os coronéis, que conduzem magotes de eleitores como quem toca tropa de burros; de outro lado, a situação política dominante no Estado, que dispõe do erário, dos empregos, dos favores e da força policial, que possui, em suma, o cofre das graças e o poder da desgraça.

O coronelismo funcionou, dessa forma, como um sistema de mútua dependência entre o coronel, que precisa manter seu poder e garantir sua soberania por meio da coação e violência para garantir o voto ao seu candidato e este, precisando destes votos para se eleger, garante empregos e favores a quem o coronel indicar, ficando sempre o povo em segundo lugar, tendo seus direitos renegados e perpetuando a condição de meros “cabrestos”.

3. OBSTÁCULOS HISTÓRICOS À FORMAÇÃO DE UMA CONSCIÊNCIA CIDADÃ NO BRASIL

Abordado no tópico anterior, em 1936 o autor Sérgio Buarque de Holanda dedicou um dos capítulos da sua obra Raízes do Brasil ao estudo do chamado e também citado anteriormente “homem cordial”, termo usado para traçar o perfil sociológico do brasileiro, perfil este dotado de personalidade e intimidade que,

segundo o autor, engana-se supor “que essas virtudes possam significar “boas maneiras”, civilidade.” (1995, p. 146)

Apesar disto, por óbvio que outros e inúmeros fatores contribuíram pra que o Brasil chegasse hoje na situação em que se encontra, tanto na política, quanto no que parece ser a degeneração de valores sociais e éticos. A cidadania, ou a busca pela cidadania, não foi construída e calcada com base na efetiva participação popular na política e na tomada de decisões que afetariam e afetam a própria vida do brasileiro. Escravidão, analfabetismo e o tipo de política patrimonialista adotada pelos governantes desde os nossos primórdios são só alguns dos vários eventos históricos e sociais pelos quais o país passou e que marcaram profundamente, e ainda marcam, a formação social do Brasil. Esta é a conclusão de José Murilo de Carvalho em sua obra *Cidadania no Brasil* (2009, p. 45):

A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade rural, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram-se persistentes.

A abolição da escravatura em 1888, apesar de todo o clamor, não representou de fato a inserção dos negros como cidadãos. Milhares de ex-escravos, agora abandonados e sem garantia alguma de direitos, viram-se, após mais de 300 anos de exploração, subjugados em seus direitos civis e marginalizados. José Murilo (2009, p. 51 e 52) resume:

Foram pouquíssimas as vozes que insistiram na necessidade de assistir os libertos, dando-lhes educação e emprego, como foi feito nos Estados Unidos. Lá, após a guerra, congregações religiosas e o governo, por meio do Freedmen's Bureau, fizeram grande esforço para educar os ex-escravos. Em 1870, havia 4.325 escolas para libertos, entre as quais uma universidade, a de Howard. Foram também distribuídas terras aos libertos e foi incentivado seu alistamento eleitoral. Muitas dessas conquistas se perderam após o fim da intervenção militar no sul. A luta pelos direitos civis teve que ser retomada 100 anos depois. Mas a semente tinha sido lançada, e os princípios orientadores da ação estavam lá.

No Brasil, aos libertos não foram dadas nem escolas, nem terras, nem empregos. Passada a euforia da libertação, muitos ex-escravos regressaram a suas fazendas, ou a fazendas vizinhas, para retomar o trabalho por baixo salário. Dezenas de anos após a abolição, os descendentes de escravos ainda viviam nas fazendas, uma vida pouco melhor do que a de seus antepassados escravos. Outros dirigiram-se às cidades, como o Rio de Janeiro, onde foram engrossar a grande parcela da população sem emprego fixo. Onde havia dinamismo econômico provocado pela expansão do café, como

em São Paulo, os novos empregos, tanto na agricultura como na indústria, foram ocupados pelos milhares de imigrantes italianos que o governo atraía para o país. Lá, os ex-escravos foram expulsos ou relegados aos trabalhos mais brutos e mais mal pagos.

As consequências disso foram duradouras para a população negra. Até hoje essa população ocupa posição inferior em todos os indicadores de qualidade de vida. É a parcela menos educada da população, com os empregos menos qualificados, os menores salários, os piores índices de ascensão social.

Além das consequências descritas acima, não são raras as descrições de viajantes estrangeiros acerca da situação em que viviam as pessoas no Brasil, mesmo após a queda do Império em 1889. Não existia povo, e José Murilo (2009, p.64 e 65) sintetiza bem nesta descrição:

Em 1881, um biólogo francês que ensinava no Rio de Janeiro, Louis Couty, publicou um livro intitulado A escravidão no Brasil, em que fazia uma afirmação radical: "O Brasil não tem povo". Dos 12 milhões de habitantes existentes à época, ele separava, em um extremo, 2 milhões e meio de índios e escravos, que classificava como excluídos da sociedade política. No outro extremo, colocava 200 mil proprietários e profissionais liberais que constituíam a classe dirigente. No meio ficavam 6 milhões que, segundo ele, "nascem, vegetam e morrem sem ter servido ao país". Não havia em lugar algum, é ainda Couty quem fala, massas organizadas de produtores livres, "massas de eleitores sabendo pensar e votar, capazes de impor ao governo uma direção definida".

Em 1925, o deputado Gilberto Amado fez um discurso na Câmara em que, sem citar Couty, repetia a análise, atualizando os dados. Esse importante político e pensador dizia que, de acordo com os dados do censo de 1920, em 30 milhões de habitantes, apenas 24% sabiam ler e escrever. Os adultos masculinos alfabetizados, isto é, os que tinham direito de voto, não passariam de 1 milhão. Desse milhão, dizia, não mais de 100 mil, "em cálculo otimista, têm, por sua instrução efetiva e sua capacidade de julgar e compreender, aptidão cívica no sentido político da expressão". Esse número, continuava, poderia ser reduzido a 10 mil, se o conceito "aptidão cívica" fosse definido mais rigorosamente.

Se entendermos as observações de Couty e Amado como indicação de que não havia no país povo politicamente organizado, opinião pública ativa, eleitorado amplo e esclarecido, podemos concordar com elas e considerá-las fiel descrição do Brasil em 1881 e em 1925.

Como visto, o processo de formação da cidadania no Brasil foi e é dificultado pelos fortes fenômenos históricos, aqui representados em apenas dois exemplos, o da escravidão e da participação política, que deixaram marcas profundas no perfil brasileiro e que tem como consequência a forma como o brasileiro enxerga a política e a vida em coletividade. O homem cordial, afeito a simpatia e informalidade, torna-se então, quando precisa sair de "casa" para a "rua", no homem detentor do "jeitinho

brasileiro”, avesso a regras, formalidades e impessoalidade. Esse fenômeno dificulta a formação de uma sociedade igualitária, justa e ética.

3.1 Uma análise do “Jeitinho brasileiro” como fenômeno social que acaba por se tornar a antessala da corrupção

A questão da corrupção no Brasil, tanto na política, quanto de valores morais e éticos, resultou de uma história de colonização marcada por fatores que não permitiram ao país desenvolver uma sociedade politizada e engajada em construir um povo conhecedor de seus direitos e deveres na busca pela cidadania.

Nos casos mais alarmantes de corrupção divulgados dia após dia, o brasileiro surpreende-se cada vez mais com a total falta de compromisso e honradez demonstrados por aqueles que foram eleitos para justamente representar o povo e seu melhor interesse. Contudo, os mesmos políticos investigados ou condenados por práticas corruptas permanecem no governo e, o que deveria ser absolutamente improvável, mesmo que a Lei permita, não são reprovados pelo povo, são, ao contrário, eleitos e reeleitos demonstrando que as pessoas no Brasil ou saibam em quem estão votando, ou não se importam com a corrupção, não sendo ela critério de avaliação na hora do voto.

Por outro lado, afastando-se da ideia de corrupção como crime político, a degeneração de valores e de respeito às leis e regras parece ser generalizada, independente de classe social. Obter um favor, um cargo, um emprego; adquirir um benefício do governo aquele que dele não precisa, furar fila se está com pressa, são alguns exemplos de hábitos que fazem parte do dia-a-dia do brasileiro e que seriam impensáveis em alguns países e que nos fazem questionar se o brasileiro é realmente mais corrupto que o restante da população. Ocorre que não. As condições impostas aqui durante mais de 300 anos de exploração e atraso não serão superadas em pouco tempo. Para as pessoas mais carentes e que são geralmente as que mais recorrem ao jeitinho, seja por necessidade ou por outro motivo, o contorno à regra não é nem um ato corrupto. Exemplo disso está no livro *A Cabeça do Brasileiro* do professor Alberto Carlos Almeida (2015, p.53), que realizou pesquisa junto a PESB (Pesquisa Social Brasileira) e que questionou aos entrevistados, entre outras perguntas, se pedir a um amigo que trabalha no serviço público para ajudar a tirar um documento mais rápido do que o normal seria um favor, um jeitinho ou corrupção. 26% consideram a primeira opção, seguidos de 43%

que consideram um jeitinho e 31% que julgam ser corrupção. Ora, a conduta realizada num caso como esse, para o cidadão comum e para o servidor público não envolve ganho monetário algum, o que para alguns já descaracteriza ser um ato corrupto. No entanto, para a coletividade, e principalmente para os que aguardam na fila e ficarão horas esperando para obter o serviço, tal conduta é desleal e deve ser combatida.

A ideia de que o dinheiro público e a máquina pública devem ser pilhados e usados como um bem particular ainda existe e está bem enraizada no imaginário popular e conseqüentemente no *modus operandi* de quem sai do meio dessa massa para se tornar um político.

O homem cordial de Sérgio Buarque é, segundo o historiador, propenso a sobrepor as relações familiares e pessoais às relações profissionais ou públicas. Essa é a ideia do jeitinho brasileiro. Esse tipo, de certa forma, tende a rejeitar a impessoalidade de sistemas administrativos em que o todo é mais importante do que o indivíduo. (1999, p.8)

Nota-se, no Brasil, a cultura da personalidade, ou seja, o grande valor atribuído à pessoa, sendo que o pessoalmente íntimo é colocado, na maioria das vezes, sobre o interesse da coletividade: os interesses pessoais são tidos como mais importantes do que os do conjunto da sociedade, ocasionando falta de coesão na vida social brasileira, na medida em que cada um favorece os seus e os membros de seu “clã” em detrimento do interesse coletivo.

Daí a dificuldade de encontrar homens públicos que respeitem a separação entre o público e o privado e que ponham os interesses do Estado acima das amizades e mesmo homens afastados da política que ponham os interesses da coletividade como mais importantes frente aos interesses individuais.

Seja pela oferta precária de serviços públicos, seja pelo mal atendimento ou ainda pelas condições de violência, pobreza e miséria ainda existentes no Brasil, o estudado e debatido “jeitinho brasileiro”, surge muitas vezes como justificativa para que os interesses pessoais sejam mais importantes do que os de toda a sociedade, um “cada um por si” já que o governo não é por todos. O professor Alberto Carlos Almeida (2015, p.70) traduz este entendimento na pesquisa que foi realizada por ele junto a PESB (Pesquisa Social Brasileira) e sintetiza:

Um dos argumentos favoráveis é que ele funciona como uma estratégia de navegação social. Diante de um Estado muito burocratizado, que com frequência opera segundo leis contraditórias e rígidas, num modelo kafkiano, o jeitinho permite que se tenha

acesso a direitos que de outra forma jamais se alcançariam. É um recurso ao alcance dos que tem as habilidades e o conhecimento necessários para “dar um jeitinho”.

Há ainda as situações em que tudo está previsto para funcionar, porém nada funciona: o atendimento é ruim, as pessoas estão pouco motivadas, faltam recursos, etc. O jeitinho viria em socorro das vítimas dessa ineficiência, permitindo, do mesmo modo que no exemplo anterior, que os seus hábeis operadores tenham acesso a determinados direitos.

Para o autor, “a opinião pública brasileira reconhece e aceita, em grande medida, que se recorra ao jeitinho como padrão moral.” (2015, p. 70) Justamente como forma de tornar uma sociedade tão desigual e burocratizada mais igualitária, fazendo com que todos os grupos sociais alcancem seus objetivos. Ocorre que isso amplia de forma absurda a aceitação social da corrupção, tanto da sociedade, quanto de políticos, faz com que se tolere, por exemplo, o tipo de político que “rouba, mas faz”, quando na verdade, a ideia que deveria prevalecer é a de que esse tipo de crime deveria ser duramente combatido e de que as pessoas no Brasil estão cada vez mais se conscientizando de que o jeitinho é a porta de entrada da corrupção, e de que ela é a origem de praticamente todos os problemas do país.

3.2 O outro lado/ângulo do jeitinho brasileiro: “Você sabe com quem está falando?”

Se por um lado o jeitinho é comumente usado para que uma pessoa, geralmente de baixa renda, tenha acesso a serviços que não teria caso fosse agir dentro do que pede a lei e a moralidade, por outro, pode-se afirmar também que tal estratégia é amplamente utilizada por todos os grupos sociais no Brasil, desde às mais pobres, até as mais ricas, sem exceção.

Dentre as várias formas utilizadas para burlar as regras estabelecidas, uma das variantes é a proposta pelo antropólogo Roberto Damatta que faz uma análise do tipo que usa a famosa expressão: “Você sabe com quem está falando?” para justificar a burla a uma ordenação, ou até mesmo a uma lei por meio de sua posição social, onde o sujeito ocupa uma posição superior, em detrimento de alguém inferior. O professor Alberto Carlos Almeida (2015, p. 78) aborda esta questão e diz

Não é por outro motivo que a chave da resolução de conflito hierárquica é: “você sabe com quem está falando?” Alguém superior, capaz de dar uma “carteirada” ou de lançar mão de contatos pessoais, títulos, honrarias ou equivalentes, utiliza qualquer um desses recursos para fazer valer seus interesses num conflito com

alguém sem os mesmos trunfos. Se ambos compartilham de uma visão de mundo hierárquica, o conflito será facilmente resolvido em favor do superior e contra o inferior.

Na situação igualitária, a chave para tais conflitos é outra: “quem você pensa que é?” Ninguém é especial e todos estão submetidos a regras ou leis gerais e universais. Não há títulos, contatos pessoais, insígnias, ou quaisquer outras vantagens que tornem alguém tão especial a ponto de não precisar se submeter a regras gerais. Todos são iguais perante a lei, sempre. É verdade que existem situações de desigualdade em sociedades nas quais predomina uma ética igualitária. Porém, elas são únicas e exclusivamente estabelecidas por contratos e estão rigorosamente circunscritas a esses limites.

Dessa forma, na visão do homem “superior” existem posições pré-definidas na sociedade e, portanto, espera-se que cada um desempenhe o papel determinado por sua condição social. Nessa sociedade hierárquica as relações entre patrão e empregado, por exemplo, vão muito além do que é estabelecido num contrato de trabalho. Mais uma vez, no livro *A cabeça do brasileiro* (2015, p.83), foram questionadas algumas situações que mediriam esse tipo de mentalidade no Brasil. Dentre as perguntas, uma delas, bastante debatida, falava a respeito do uso de elevador social por parte de empregados e dizia: “Atitude que os empregados de um edifício deveriam ter se os moradores dizem que eles podem usar o elevador social.” Para 44% dos entrevistados, devem usar o elevador social e 56% acham que os empregados devem continuar usando o elevador de serviço. Esse tipo de mentalidade fortalece a ideia de que, numa situação em que alguém superior nega-se a seguir uma regra ou convenção, a pessoa que ocupa o outro lado da situação, um porteiro, um manobrista, até mesmo um policial, por exemplo, deve, por obrigação, afastar daquela pessoa o cumprimento ou a aplicação daquela que deveria ser uma regra geral, apenas por quem ela é ou pela posição social que ocupa. Em sociedades igualitárias e que repudiam a corrupção, tal situação seria impensável e a pergunta seria outra, como citada acima, seria “quem você pensa que é?”

Para Damatta, tal expressão representa que a impessoalidade existente aqui supera as relações e a impessoalidade que deveriam derivar de uma sociedade em que as leis do Estado efetivamente funcionam. Explana o autor (1997, p. 195), que:

O “sabe com quem está falando?” – e podemos dizer isso sem receio de cometer um curto-circuito sociológico – é um instrumento de uma sociedade em que as relações pessoais formam o núcleo daquilo que chamamos de “moralidade” (ou, “esfera moral”), e tem um enorme peso no jogo vivo do sistema, sempre ocupando os espaços

que as leis do Estado e da economia não penetram. A fórmula “você sabe com quem está falando?” é, assim, uma função da dimensão hierarquizadora e da patronagem que permeia nossas relações diferenciais e permite, em consequência, o estabelecimento de elos personalizados em atividades basicamente impessoais.

O jeitinho e o “você sabe com quem está falando?” funcionam assim como formas de contornar as regras sociais vigentes e que deveriam ser respeitadas e cumpridas por todos, mas que são afetadas pelas relações pessoais e intimistas existentes aqui. Séculos de colonização, exploração e escravidão formaram o que a sociedade brasileira é hoje, hierárquica e desigual.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resta mostrado no estudo que anos e anos de exercício de uma política patrimonialista, aliada a eventos históricos como, por exemplo, a escravidão, impossibilitaram no Brasil a criação de uma consciência cidadã, em que as pessoas sejam estimuladas e queiram participar efetivamente da política, de acompanhar e fiscalizar o mandato do prefeito da sua cidade, do seu deputado, e das decisões que estes, enquanto representantes, tomam e que afetam diretamente sua vida.

Como abordado, a colonização portuguesa, até 1808, fechada e sempre exploradora não contribuiu para o desenvolvimento de uma pátria, mas sim meramente para a manutenção de uma grande unidade territorial, de extrema importância para a metrópole, e que lhe fornecia abundantes riquezas às custas de trabalho escravo, de um povo pobre e carente.

Vê-se que o nível de corrupção que hoje assola o Brasil, deriva, em grande parte, das práticas já existentes nos séculos passados, principalmente do período de colonização e império, que tem grande participação na formação cultural e política do país. Esta formação, como abordado, resultou em princípios como o do patrimonialismo e coronelismo, aquele como um desencadeador da corrupção e este como modelo do tipo de representatividade exercida no Brasil: um coronel que manda, decide e julga e um povo passivo, que serve meramente como “cabresto” para garantir o governo daquele que devia lhe representar e servir.

A ausência de organização da sociedade fez justamente com que os interesses de quem mandava sempre prevalescessem. Esta organização, que resultaria em representação política, nunca aconteceu e a “representação” construída aqui não importa de fato, até os dias de hoje, em resolver os problemas

da população, mas sim em garantir riqueza para si e para uma ampla rede de familiares e amigos.

O “jeitinho brasileiro” apesar de característico, não demonstra que o povo brasileiro é mais corrupto que outros, tampouco, o criador da corrupção. Corruptos e corruptíveis sempre existiram e sempre irão existir, em qualquer lugar. No Brasil, a aceitação da corrupção, a tolerância ao jeitinho é que devem ser combatidos, mas não serão expurgados da sociedade. Este deve ser um trabalho coletivo, que envolva sociedade e governo, de crianças, jovens e adultos.

5. REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **A Cabeça do Brasileiro**. 8. Ed. Rio de Janeiro: Record, 2015.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil: O Longo Caminho**. 12. Ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

CARVALHO, José Murilo de. **Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual**. Dados, Rio de Janeiro, v. 40, n. 2, p. , 1997 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/11/2017.

DAMATTA, Roberto. **Carnavais, Malandros e Heróis: Para Uma Sociologia do Dilema Brasileiro**. 6. Ed. Rio de Janeiro: Rocco, 1997.

FAORO, Raymundo. **Os Donos do Poder: Formação do Patronato Político Brasileiro**. 5. Ed. São Paulo: Globo 2012.

FILGUEIRAS, Fernando. **A tolerância à corrupção no Brasil: uma antinomia entre normas morais e prática social**. Opin. Publica, Campinas, v. 15, n. 2, p. 386-421, Nov. 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-62762009000200005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 05/11/2017.

GOMES, Laurentino. **1889: Como um imperador cansado, um marechal vaidoso e um professor injustiçado contribuíram para o fim da Monarquia e a Proclamação da República no Brasil**. São Paulo: Globo, 2013.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26. Ed. São Paulo: Companhia das Letras: 1995.

MOTA, Fernando C. Prestes; ALCADIPANI, Rafael. **Jeitinho brasileiro, controle social e competição**. Revista de Administração de Empresas, São Paulo, v.39, n.1, p.6-12, Jan/Mar., 1999.